

**Título: A Teoria da Reprodução Social e a opressão da mulher no capitalismo: entre a reprodução da força de trabalho e a reprodução da vida**

**Autora:** Júlia Sanders Paolinelli (Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais)

### **Resumo**

Este artigo busca discutir os avanços e os limites do conceito de reprodução social, da forma que ele tem sido apresentado pela chamada Teoria da Reprodução Social (TRS), na articulação entre feminismo e marxismo e na compreensão do problema da opressão das mulheres. Argumenta-se que, apesar da definição de reprodução social ser ainda imprecisa, a TRS abre a possibilidade para uma compreensão integrativa das relações de gênero, classe, raça e sexualidade. As controvérsias em torno desse conceito são discutidas e são apresentadas as principais contribuições da TRS que avançam sobre a teorização da relação entre reprodução social e produção capitalista.

**Palavras-chave:** Teoria da Reprodução Social; reprodução social; trabalho doméstico; teoria unitária.

**Área temática:** HISTÓRIA ECONÔMICA, DO PENSAMENTO ECONÔMICO E DEMOGRAFIA HISTÓRICA

## Introdução

O declínio do chamado *domestic labour debate*<sup>1</sup> no fim da década de 1970, antecedeu o florescimento de uma multiplicidade de teorias feministas. Muitas dessas novas perspectivas se distanciaram do debate econômico e da análise materialista e com um crescente interesse por uma abordagem linguística, discursiva e cultural da realidade social (WEEKS, 2011). Mesmo quem se ocupou de problemas relacionados à articulação entre opressão de gênero e capitalismo, o fez majoritariamente a partir de análises empíricas e descritivas de fenômenos como “a feminização do trabalho; o impacto da política neoliberal na vida e condições de trabalho das mulheres; a intersecção entre opressão de gênero, raça e classe; ou a relação entre as construções diferentes de identidade sexual e os regimes capitalistas de acumulação” (ARRUZZA, 2015, p. 36).

Em meio às respostas críticas ao debate sobre o trabalho doméstico, a Teoria da Reprodução Social (TRS) surge como mais uma perspectiva, com o objetivo de renovação da teoria marxista e feminista a partir de uma abordagem unitária, que busca direcionar o campo feminista para uma compreensão crítica do entrelaçamento das opressões de gênero e raça e da exploração de classe. Essa perspectiva tem sido defendida por suas autoras como um vetor de renovação do feminismo marxista e do campo marxista como um todo (ARRUZZA, 2015; ARRUZZA, 2018; FERGUSON, 2018).

Este artigo tem como objetivo discutir o conceito de reprodução social da forma como tem sido proposto pela TRS. Esse conceito é apontado pela TRS como via central de compreensão da organização da divisão sexual do trabalho e da constituição da relação entre a opressão da mulher e o capitalismo. Dado o papel central que as mulheres têm ocupado historicamente nos processos de manutenção da vida, compreender a importância deles para a reprodução capitalista e, assim, identificar a reprodução social como um campo de luta política é o caminho trilhado pela TRS. Dessa forma, esse conceito tem sido proposto a fim de direcionar o campo feminista para uma teoria unitária, crítica do entrelaçamento da opressão de

---

<sup>1</sup>O debate sobre o trabalho doméstico foi uma das controvérsias da Segunda Onda do feminismo, em que se envolveram autoras feministas socialistas e marxistas que buscaram investigar o trabalho doméstico, definido aqui como aquele realizado de forma não remunerada por mulheres – mães e esposas – no interior da esfera familiar (VOGEL, 2008). Para essas feministas, o trabalho doméstico não remunerado seria o ponto de partida para uma compreensão materialista da opressão da mulher, que teria o potencial para explicar os fundamentos da subordinação da mulher e apontar os caminhos para superá-la. Esse debate se desdobrou em uma longa reflexão sobre a relação do trabalho doméstico com a produção de valor e perdeu o caráter político intrínseco às reflexões de suas proponentes iniciais (WEEKS, 2011). A literatura do debate foi duramente criticada devido a sua tendência ao reducionismo econômico, ao uso de argumentos funcionalistas para explicar a relação entre capitalismo e trabalho doméstico e ao enfoque excessivo, porque quase exclusivo, no trabalho não remunerado realizado na esfera doméstica (MOLYNEUX, 1979). Para mais sobre o *domestic labour debate*, ver Molyneux (1979), Vogel (2000, 2008) e Weeks (2011).

gênero e da exploração de classe, negando enfaticamente a ilusão da libertação das mulheres pela via do mercado. Para além disso, embora ainda de forma preliminar, a TRS tem se voltado a compreender como o racismo, as relações de sexualidade, o capacitismo e o colonialismo integram-se à totalidade social sobre a qual busca teorizar (FERGUSON E MCNALLY, 2013; FERGUSON, 2020)

A compreensão unitária dos fenômenos de classe e gênero aponta que o desenvolvimento do capitalismo funda uma nova ordem patriarcal que é inseparável das relações de classe, ao contrário do que advogam feministas como Heidi Hartmann ou Juliet Mitchell, que consideram a opressão de gênero uma dimensão autônoma, apesar de relacionada com o capitalismo. Na primeira seção deste artigo, será apresentado o argumento “dualista” a partir de um breve panorama das controvérsias na teorização feminista socialista sobre a questão do patriarcado, a fim de introduzir a crítica e a proposta unitária de Iris Young e Lise Vogel – duas autoras consideradas precursoras da TRS (FERGUSON E MCNALLY, 2013). Também será apresentado o argumento central da obra *Marxism and the Oppression of Women*, de Lise Vogel. Essa obra é compreendida pelas feministas da reprodução social como Susan Ferguson, Tithi Bhattacharya e Cinzia Arruzza, como um primeiro esforço de situar a reprodução social como a base para uma perspectiva unitária das relações de classe e gênero. A segunda seção discutirá os desenvolvimentos sobre o conceito de reprodução social posteriores ao trabalho de Vogel. Além disso, serão apresentadas algumas interpretações da TRS sobre o estabelecimento da opressão da mulher no capitalismo, bem como a dinâmica de transformação da reprodução social. Por fim, serão discutidos alguns caminhos teóricos e políticos abertos pela TRS, tendo em vista os trabalhos recentes de Bhattacharya (2017) e Ferguson (2020).

### **O dualismo teórico e a questão do patriarcado**

O conhecido ensaio de Heidi Hartmann, *The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism*, publicado pela primeira vez em 1979, foi um marco na literatura sobre o tema. Para Hartmann, a teoria feminista marxista teria sido, até aquele momento, um “casamento infeliz” entre o marxismo e o feminismo. O marxismo, uma teoria essencialmente indiferente ao sexo (*sex-blind*), não poderia avançar na abordagem da questão feminista, tarefa que deveria ser levada adiante por uma teoria feminista centrada na compreensão da relação de dominação das mulheres pelos homens.

Para Hartmann, todo o esforço teórico sobre a “questão da mulher” realizado por Marx, Engels, Kautsky e Lênin, e mesmo os esforços posteriores relacionados à questão do trabalho doméstico, não estiveram voltados ao objeto central da teoria feminista. Voltaram-se, de outra

forma, à relação entre as mulheres e o sistema econômico, esforço importante que, no entanto, não foi capaz de explicar as bases para a opressão da mulher, que estariam relacionadas a uma segunda dimensão do modo de produção apontada por Engels em uma famosa passagem do prefácio de 1884 da obra *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*:

Segundo a concepção materialista, o fator que, em última análise, determina a história é este: a produção e a reprodução da vida imediata. Ele próprio, porém, é de natureza dupla. Por um lado, a geração dos meios de subsistência, dos objetos destinados a alimentação, vestuário, habitação e das ferramentas requeridas para isso; por outro, a geração dos próprios seres humanos, a procriação do gênero. As instituições sociais e que os seres humanos de determinada época histórica e de determinado país vivem são condicionadas por duas espécies de produção: pelo estágio de desenvolvimento do trabalho, de um lado, e pelo da família, de outro (ENGELS, 2019, p. 19).

A segunda dimensão do modo de produção, para Hartmann (1979, p. 11), seria regida pelo patriarcado, definido por ela como

(...) a set of social relations between men, which have a material base, and which, though hierarchical, establish or create interdependence and solidarity among men that enable them to dominate woman. Though patriarchy is hierarchical, and men of different classes, races, or ethnic groups have different places in the patriarchy, they also are united in their shared relationship of dominance over their women; they are dependent on each other to maintain that domination.

A base material do patriarcado, por sua vez, seria o controle masculino do trabalho da mulher tanto no interior da família quanto nas instituições externas a ela. No curto prazo, os homens não estariam dispostos a abrir mão de seu poder sobre o trabalho das mulheres e a solidariedade entre os homens se sobreporia aos conflitos hierárquicos entre eles.

Hartmann não nega a existência de uma relação entre as duas dimensões do modo de produção e a necessidade de compreendê-las conjuntamente. No entanto, essas dimensões seriam relativamente autônomas, de modo que não haveria necessariamente conexões entre as mudanças que ocorrem em cada uma delas. Além disso, a “parceria” entre patriarcado e capitalismo seria por vezes contraditória e conflituosa, como no processo de industrialização e no estabelecimento da política de salário família nos países capitalistas desenvolvidos.

O ensaio de Hartmann foi tão influente que rendeu um livro, editado por Lydia Sargent (1981), que compilou artigos que dialogavam diretamente com seu projeto teórico. Dentre esses artigos, destaca-se aqui a resposta crítica de Iris Young e de Lise Vogel, que negavam tanto o “casamento” entre marxismo e feminismo, quanto a perspectiva dualista de Hartmann. Como afirma Young (1981), uma teoria dual desse tipo correria o risco de, ao contrário de dissolver o casamento infeliz entre feminismo e marxismo, reafirmá-lo.

Afirmar o marxismo como uma teoria *sex-blind* e adequada apenas para analisar as relações de classe, significaria desencarregá-lo de compreender de forma integrativa o papel

das hierarquias sexuais nos sistemas econômicos e a centralidade da opressão da mulher para o capitalismo. Separar analiticamente as forças sociais que definem o patriarcado e defini-las como um sistema independente, embora em constante interação com o capitalismo, como faz Hartmann, seria impossível, já que o patriarcado e o capitalismo são inseparáveis e manifestam-se em uma mesma estrutura social e econômica (YOUNG, 1981. p. 47).

Young (1981) aponta um dualismo teórico na tentativa de Hartmann de compreender as “leis próprias” do patriarcado e separá-las da análise do capitalismo. O dualismo identificado na teoria de Hartmann, no entanto, não foi introduzido por ela, ao contrário, ele era um lugar comum na teoria feminista socialista na década de 1970 (YOUNG, 1981; VOGEL, 1981, 1983). A busca por ir além das análises clássicas marxistas da “questão da mulher” motivou feministas socialistas da época a tentar formular uma teoria mais adequada para sistematizar a experiência de opressão vivida pelas mulheres.

A adoção do conceito de patriarcado, de acordo com Beechey (1979), foi central para apontar o caráter sistemático da opressão da mulher, contudo, esse conceito era utilizado com significados múltiplos. Ele foi primeiramente defendido pelo feminismo radical, com destaque para os trabalhos de Kate Millett, *Sexual Politics* (1970), e de Shulamith Firestone, *Dialectic of Sex* (1971). O reducionismo biológico, a ahistoricidade do conceito de patriarcado e a ausência de uma explicação para as relações de poder e dominação que marcaram o feminismo radical foram questionados pelo feminismo socialista, que buscou dar historicidade àquele conceito. Muitas feministas socialistas, como Zillah Eisenstein (1978), buscaram construir uma “síntese” da perspectiva radical com o marxismo, a fim de lidar com o caráter *sex-blind* das categorias marxistas e com a ahistoricidade da noção de patriarcado do feminismo radical (VOGEL, 2013 [1983]).

Mesmo dentro da perspectiva socialista havia duas concepções distintas sobre o conceito de patriarcado. Para algumas feministas, como Juliet Mitchell, no contexto capitalista, o patriarcado consistia numa estrutura puramente ideológica, constituinte de um “modo ideológico de reprodução”. A segunda forma de diferenciar o patriarcado do sistema econômico seria conferir a ele uma estrutura de relações materiais próprias, pautadas no controle do homem sobre o trabalho e a sexualidade feminina. Neste caso, ele é frequentemente relacionado à “reprodução”, cujos processos passaram a ser compreendidos como comparáveis e paralelos aos dos processos de produção. Em alguns casos, passou-se a considerar o patriarcado como um “modo de reprodução” ou, no debate sobre o trabalho doméstico, um “modo de produção familiar” (VOGEL, 2013 [1983]; YOUNG, 1981).

Há vários problemas nessa análise que busca separar a produção da reprodução e até mesmo no conceito de reprodução compartilhado pelo feminismo socialista. Como afirmam Edholm, Harris e Young (1978), esse conceito era frequentemente utilizado de forma imprecisa e acrítica, mesclando três dimensões diferentes – a reprodução social, a reprodução da força de trabalho e a reprodução biológica – e, por vezes, apontando uma relação estática entre essas três dimensões e a opressão da mulher, em busca de uma explicação universal para a categoria “mulher”.

Além disso, a análise da reprodução como uma dimensão apartada da produção mantém a análise da produção intocada. De acordo com Beechey (1979, p 78), havia uma dominância de análises marxistas centradas no processo de produção e divorciadas de uma análise das relações sociais de produção como um todo. Como afirma Young (1981), o dualismo teórico não seria capaz de questionar o uso equivocado da categoria produção que se generalizou na teoria marxista, que considera como produção unicamente “a fabricação de objetos materiais concretos em uma fábrica moderna” (YOUNG, 1981, p. 52), desconsiderando, por exemplo, que os trabalhos realizados pelas mulheres podem ser compreendidos como produção num sentido amplo. Por fim, seria impossível uma teoria da produção sem levar em consideração os processos de reprodução, dado que a produção capitalista mesma é um momento da reprodução social (BEECHEY, 1979).

No fim da década de 1970, e com os limites apresentados pelo debate sobre o trabalho doméstico e as problemáticas dos conceitos de reprodução e de patriarcado, os rumos da teoria feminista marxista estavam em aberto. Para Beechey (1979) uma teoria feminista do patriarcado capaz de contornar esses problemas deveria ser historicamente específica e apontar as formas patriarcais presentes em cada modo de produção, em diferentes sociedades e nas diferentes instituições. No mesmo sentido, Molyneux (1979) afirmava a necessidade de deslocar a ênfase do modo de produção capitalista para o nível das formações sociais e de sua reprodução, considerando o significado mais amplo da esfera doméstica e outros aspectos da opressão da mulher para além do trabalho doméstico e da esfera do lar.

No nível teórico, no entanto, uma questão central permanecia não resolvida:

How can we utilize a materialist method of analysis in such a way that we can satisfactorily integrate production and reproduction as part of a single process and which will reveal that gender differentiations are inseparable from the form of organization of the class structure? (BEECHEY, 1979, p. 15)

Young (1981) foi uma das primeiras a apontar os limites do dualismo teórico da tradição feminista socialista e reivindicar como alternativa uma teoria unitária que buscasse transformar o marxismo em uma teoria efetivamente feminista. Para isso, Young confere centralidade às

categorias de divisão social do trabalho e de divisão do trabalho por gênero. Elas trariam à luz as cisões e contradições internas às classes e esclareceriam a forma como relações de dominação se desenvolvem historicamente no capitalismo. Além disso, dar centralidade a essas categorias também teria como objetivo adotar uma noção ampla de produção e de trabalho.

O que Young propõe ao dar centralidade ao conceito de divisão do trabalho converge com necessidade de compreender as relações mais amplas que se desenvolvem nas sociedades capitalistas, para além da análise restrita às relações de classe. Ou seja, o desenvolvimento histórico do capitalismo seria muito mais complexo do que a esfera da produção e das relações de classe, e estas outras dimensões deveriam ser analisadas com a mesma profundidade do que as de classe. Não obstante, na concepção de Young, a categoria de *classe* e os processos relacionados a produção capitalista seriam de fato *sex-blind*. Além disso, a ênfase dada a categoria da divisão do trabalho por gênero como alternativa para a compreensão teórica da opressão da mulher acabou por “recreate the very dualism she wishes to avoid” (VOGEL, 2013, p. 140).

De acordo com Ferguson e McNally (2013), a perspectiva da reprodução social que é primeiro formulada por Lise Vogel, em sua obra publicada em 1983, *Marxism and the Oppression of Women*, ao mesmo tempo em que adere à proposta de uma abordagem unitária, busca superar esses limites da análise de Young. Vogel faz isso ao abandonar a centralidade da divisão sexual do trabalho e da família, relacionada a perspectiva dos sistemas duais, e parte da reprodução cotidiana e geracional da força de trabalho.

Vogel engloba no conceito de reprodução social os processos de produção e de reprodução das condições de produção em um determinado modo de produção. A reprodução da força de trabalho, por sua vez, compreenderia a manutenção e a reposição da força de trabalho. Os processos de manutenção da força de trabalho ocorrem majoritariamente no âmbito doméstico-familiar, mas também podem ocorrer em outros espaços de reprodução da força de trabalho: campo de trabalhos, dormitórios, prisões, orfanatos etc. Já os processos de reposição da força de trabalho ocorreriam por meio da reprodução geracional, mas também pela imigração e pela escravidão. A reprodução da força de trabalho pode ser compreendida no nível imediato do processo de produção e no nível da reprodução social total, em que “the totality of labourers that is maintained and replaced” (VOGEL, 2013, p. 145).

Para Vogel, é a posição específica da mulher no processo de reposição geracional que define a opressão das mulheres nas sociedades de classes. Retomando o argumento de Paddy Quick (1977), ela afirma que, em última instância, a opressão estaria relacionada com a forma

como a diferença biológica existente entre os sexos no processo gestacional é subordinada às necessidades da reprodução social. Vogel afirma que é a contradição entre a necessidade imediata de exploração de trabalhadores e a necessidade de longo prazo de reposição de trabalhadores que engendra a opressão da mulher nas sociedades de classes. Ao mesmo tempo em que as mulheres ocupam um papel na produção econômica, nessas sociedades elas também precisam corresponder à necessidade de gestar trabalhadores futuros por meio de suas capacidades reprodutivas, o que, por um momento, diminuiria sua contribuição como produtoras. Essa contradição favoreceria o surgimento de estruturas familiares específicas, legitimadoras da dominação masculina e da opressão da mulher. No caso das sociedades capitalistas, a opressão da mulher estaria relacionada com a separação espacial, temporal e institucional entre a reprodução da força de trabalho e a esfera da produção.

Não haveria, portanto, uma relação estática e única entre a opressão da mulher e o trabalho doméstico, como ocorria na literatura do *domestic labour debate*. Por isso, Ferguson (2020, p. 111) afirma que a abordagem de Vogel

allows for an expanded and diverse array of potential class subjects: all those who work to (re)produce the lives of workers — whether their labour is paid or unpaid, whether they do so within households, in state institutions, or as community organizers.

Além disso,

For Vogel, there is no singular cause of women’s oppression. Rather, there is a systemic logic that sets the conditions whereby people reproduce themselves, on the one hand, and capital produces value, on the other. And women’s oppression is sustained and shaped in the working through of the dynamics of that relationship. (FERGUSON, 2020, p. 110).

Apesar de adotar uma noção althusseriana de teoria, que cria uma cisão entre o exercício teórico abstrato e realidade empírica, para Ferguson e McNally (2013), seria relevante compreender o esforço teórico de Vogel como um exercício de compreensão das “‘conditions of possibility’ of family-forms and gender-order in a capitalist society”. Desse modo, a análise teórica de Vogel significaria “the ‘preliminary stage’ for a social-reproduction theory that logically connects women’s oppression to essential features of the capitalist mode of production” (FERGUSON e MCNALLY, 2013, p. XXXIII).

### **O conceito de reprodução social e a renovação do feminismo marxista**

O conceito de reprodução social é utilizado pela TRS para designar os processos envolvidos na manutenção diária e geracional da vida, os quais estão diretamente relacionados a posição ocupada historicamente pelas mulheres. Tal como é definida por Brenner e Laslett (1989, p. 382-383), a reprodução social

includes the ways in which the care and socialization of children are provided, the care of the infirm and elderly, and the social organization of sexuality. Social reproduction can thus be seen to include various kinds of work-mental, manual, and emotional-aimed at providing the historically and socially, as well as biologically, defined care necessary to maintain existing life and to reproduce the next generation. And the organization of social reproduction refers to the varying institutions within which this work is performed, the varying strategies for accomplishing these tasks, and the varying ideologies that both shape and are shaped by them. (BRENNER E LASLETT, 1989, p. 382-383).

São as mulheres que realizam a maior parte dos trabalhos domésticos e de cuidado no interior da vida doméstica, bem como ocupam a maior parte dos postos de trabalho relacionados ao cuidado de crianças e idosos, à educação, à limpeza e manutenção dos espaços domésticos e públicos entre outras ocupações que contribuem diretamente para a manutenção cotidiana da vida.

Diferente do conceito marxiano de reprodução social, que se refere à reprodução da sociedade como um todo, a definição feminista marxista busca assinalar dimensões mais específicas dos processos de reprodução da vida cotidiana a fim de explicitar o papel histórico das mulheres<sup>2</sup> nos trabalhos domésticos e de cuidado, a posição subordinada nas relações familiares e sexuais e a intrínseca relação entre a opressão da mulher e a dinâmica capitalista. A TRS argumenta que a posição subordinada da mulher nas sociedades capitalistas está diretamente relacionada a concomitante marginalização – tanto no sentido da desvalorização social desses processos, quanto no sentido de que eles ocorrem majoritariamente fora da produção propriamente capitalista – e centralidade da reprodução social para a reprodução da sociedade capitalista como um todo.

Brenner e Laslett (1989, p. 383) demarcam veementemente a diferença desta definição de reprodução social da noção marxista relativa à “perpetuation of modes of production and the structures of class inequality inscribed within them”. Para elas, a definição marxista estaria relacionada a uma concepção restrita de produção, sendo que a perspectiva feminista buscaria compreender o processo de renovação da vida como “a form of work, a kind of production, as fundamental to the perpetuation of society as the production of things”. A reprodução da totalidade das relações sociais, compreendida por elas como a *reprodução societal*, incluiria, assim, “not only the organization of production but the organization of social reproduction, and the perpetuation of gender as well as class relations.” (BRENNER E LASLETT, 1989, p. 383). Apesar da concepção de Brenner e Laslett não limitar o trabalho de reprodução social apenas

---

<sup>2</sup>De acordo com a perspectiva feminista, o papel específico das mulheres na reprodução social não é uma determinação biológica, pelo contrário, está relacionada ao gênero enquanto uma construção social e histórica por meio da qual as diferenças biológicas passam a ter relevância social (BRENNER E LASLETT, 1989) e ao desenvolvimento de uma divisão sexual do trabalho que, ao mesmo tempo, separa e hierarquiza os papéis feminino e masculino (KERGOAT, 2003).

ao trabalho doméstico realizado no interior da esfera familiar, o que representa um avanço com relação a teorização feminista-marxista anterior sobre o trabalho doméstico, elas aceitam a noção de produção como “produção de coisas” e apenas buscam igualar em importância as duas esferas da produção e da reprodução social que se somam para constituir a reprodução societal, considerando o trabalho de reprodução como parte do “trabalho necessário”, definido de forma vaga.

Ainda assim, para Arruzza (2015), esse sentido amplo do conceito de reprodução social dá abertura para uma compreensão da “qualidade móvel e porosa das paredes do lar”, que possibilita entender a relação entre vida doméstica e o “o fenômeno de mercantilização, sexualização da divisão do trabalho, e as políticas do Estado de bem-estar social” (ARRUZZA, 2015, p. 56). Dessa forma, é possível compreender, por exemplo, a “racialização” do trabalho doméstico remunerado que, em muitos países desenvolvidos tem ocorrido por meio uma política migratória repressiva, como bem ressalta Arruzza (2015), mas que, em uma realidade periférica como a do Brasil, é constitutiva de um racismo estrutural resultado de uma política sistemática de marginalização da população negra.

Apesar da importância de compreender as múltiplas formas como a reprodução social pode ser organizada dentro e fora das paredes do lar, é também importante ressaltar o papel da cisão que se estabelece com o desenvolvimento da economia capitalista entre o espaço de produção e o espaço da casa. A TRS busca compreender o estabelecimento de novas bases para a opressão da mulher como um fenômeno integrado ao desenvolvimento histórico capitalista, sendo várias as interpretações sobre a criação de um patriarcado essencialmente capitalista<sup>3</sup>.

No livro *O Calibã e a bruxa* [*Caliban and the Witch*], Silvia Federici propõe uma reinterpretação feminista da transição do feudalismo para o capitalismo na Europa e da dominação e expropriação dos povos colonizados do Novo Mundo. Para Federici (2017, p. 119), a acumulação primitiva não se restringiu apenas a “expropriação dos meios de subsistência dos trabalhadores europeus e a escravização dos povos originários da América e da África nas minas e plantações no Novo Mundo”, mas incluiu também a “transformação do corpo em uma máquina de trabalho e a sujeição das mulheres para a reprodução da força de trabalho” e a “acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora, em que as hierarquias construídas sobre o gênero, assim como sobre a ‘raça’ e a idade, se tornaram constitutivas da dominação de classe e da formação do proletariado moderno”.

---

<sup>3</sup>Para uma discussão das origens do patriarcado e da opressão da mulher em sociedades pré-capitalistas, ver Lerner (2019 [1986]).

Federici (2017) dá enfoque ao período da caça às bruxas, que se iniciou em meados do século XV e teve seu ápice entre 1580 e 1630, quando as relações feudais já davam lugar às instituições do capitalismo mercantil. Para ela, a caça às bruxas não foi um fenômeno característico da “Idade das Trevas”, como frequentemente se reafirma, mas uma campanha articulada do Estado e da Igreja de perseguição e “ataque à resistência que as mulheres apresentaram contra a difusão das relações capitalistas e contra o poder que obtiveram em virtude de sua sexualidade, de seu controle sobre a reprodução e de sua capacidade de cura” e “um instrumento de uma nova ordem patriarcal em que os corpos das mulheres, seu trabalho e seus poderes sexuais e reprodutivos foram colocados sob o controle do Estado e transformados em recursos econômicos” (FEDERICI, 2017, p. 305-306).

Federici (2017, p. 334) aponta que “foi precisamente nas câmaras de tortura e nas fogueiras onde se forjaram os ideais burgueses de feminilidade e domesticidade”, ideais que encontraram seu auge no século XIX, quando foi criada a figura da dona de casa em tempo integral. Esse longo processo de domesticação do corpo feminino resultou em uma divisão sexual do trabalho que “não apenas sujeitou as mulheres ao trabalho reprodutivo, mas também aumentou sua dependência, permitindo que o Estado e os empregadores usassem o salário masculino como instrumento para comandar o trabalho das mulheres” (FEDERICI, 2017, p. 146).

A interpretação sobre criação de leis protetoras que limitaram o trabalho feminino e das crianças nas fábricas e o estabelecimento da ideologia da “dona de casa” na Inglaterra e Estados Unidos no século XIX também são um objeto de disputa no interior da teoria feminista marxista. De acordo com Brenner e Ramas (1984), a interpretação dominante nesta abordagem sobre o período é influenciada por Michèle Barrett (1980), que aponta que o estabelecimento da opressão da mulher sob o capitalismo foi resultante de um processo histórico que colocou em oposição, de um lado, uma coalizão de trabalhadores e capitalistas e, de outro, mulheres trabalhadoras. Essa disputa, que ocorreu em meados do século XIX, teve como implicação direta a expulsão das mulheres dos sindicatos e a criação de uma legislação protetora para o trabalho feminino. De um lado, estabeleceu-se o *family-household system* – um sistema definido pela estrutura social do lar e pela ideologia da família – e, de outro, um mercado de trabalho segregado (BRENNER E RAMAS, 1984).

Para Brenner e Ramas (1984), a perspectiva de Barrett (1980) reforça uma abordagem dualista da opressão de mulher e das relações de classe, uma vez que compreende as tendências de equalização da força de trabalho do capitalismo, de um lado, e o patriarcado como estrutura ideológica, de outro. Como alternativa, Brenner e Ramas propõem uma tese que aponta que o

papel das leis protetoras e atuação dos sindicatos foi secundário para o estabelecimento da opressão da mulher no capitalismo<sup>4</sup>, uma vez que esse contexto não pode ser explicado “without recognizing that women came into the capitalist labour market at a disadvantage” (BRENNER e RAMAS, 1983, p. 37). Essa desvantagem estaria relacionada ao condicionamento da reprodução biológica<sup>5</sup> na participação da mulher na vida política e econômica, devido à contradição existente entre os fatos biológicos da reprodução e a produção capitalista.

A emergência do *family-household system*, para Brenner e Ramas (1984), ocorreu como resposta à crise de reprodução vivenciada pela classe trabalhadora no século XIX, caracterizada por condições de trabalho degradantes e pela ausência de condições para a manutenção das necessidades básicas da família da classe trabalhadora. Nesse contexto, uma série de fatores como a dificuldade das/os trabalhadoras/es de prover condições básicas de cuidado para as crianças, devido às longas e exaustivas jornadas de trabalho e aos baixos salários, a ausência de perspectiva para a provisão de serviços estatais como creches e de direitos para as mulheres grávidas ou lactantes, como licença maternidade, ou mesmo pausas durante a jornada de trabalho, a falta de mecanismos de controle contraceptivo, a ausência de alternativas seguras para a amamentação devido ao desconhecimento de técnicas de esterilização para mamadeiras, caracterizaram um contexto de grande vulnerabilidade das crianças e de altas taxas de mortalidade infantil. Como apontam Brenner e Ramas (1984) havia uma incompatibilidade entre o cuidado das crianças e o trabalho fora de casa, que era especialmente degradante para as mulheres trabalhadoras<sup>6</sup>, o que propiciou a conformação de uma divisão sexual do trabalho que responsabilizava, sobretudo, as mulheres pelos trabalhos de cuidado e doméstico.

---

<sup>4</sup> Brenner e Ramas (1984, p. 44) advertem: “we do not wish to suggest that male trade unionists or male workers in general supported women’s right to equality in work as well as in all other aspects of social life, or to deny that they held sexist ideas about women. Rather, these examples suggest that if the history of trade-union attitudes towards women is to be properly understood, we require a far more complex analysis of the social-economic background than that which Barrett and other proponents of her general standpoint tend to offer. Furthermore, the facts that (1) trade unions were not wholly successful in their attempts to bar women from their trades and (2) that working-class men, especially in unskilled unions, often did support women workers – suggest to us that something more than trade-union behaviour underlay the formation of the sexual division of labour in the 19th century”.

<sup>5</sup> É importante ressaltar que a centralidade atribuída por Brenner e Ramas e pelo feminismo da reprodução social à reprodução biológica não significa adesão a um determinismo biológico ou ignorância sobre as relações socialmente construídas de gênero. Pelo contrário, apontar as formas pelas quais as capacidades reprodutivas das mulheres são condicionadas pela reprodução social é relevante para explicitar os processos históricos e sociais que constituem a opressão de gênero – compreendida como uma dimensão histórica e socialmente construída e que integra diferenças de classe, raça, sexualidade, nacionalidade etc. Além disso, não significa dizer de uma relação única entre reprodução biológica, reprodução social e opressão – por exemplo, a TRS possibilita, ao mesmo tempo, uma compreensão das políticas restritivas ao aborto e dos processos de esterilização forçada de mulheres pobres.

<sup>6</sup> Brenner e Ramas retomam o livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, em que Engels explicita com muita clareza a situação de degradação da classe trabalhadora inglesa e apresenta elementos importantes para compreender a condição vulnerabilidade das mães trabalhadoras e das crianças.

Para Brenner e Ramas (1984), o estabelecimento do *family-household system* foi, na verdade, foi um desdobramento da crise de reprodução em que a classe trabalhadora se encontrava no século XIX, o que impôs barreiras para a participação das mulheres no mercado de trabalho em posição de igualdade. É importante ressaltar, no entanto, que essa foi a forma em que o modelo de família foi estabelecido nos países capitalistas industrializados, tomando como referência o processo que se deu na Inglaterra e Estados Unidos, sobretudo. Esse seria apenas um “lado” da formação do patriarcado capitalista, que tomou formas distintas nos países periféricos e moldou experiências distintas para mulheres de diferentes classes e raça.

Para além de apontar os processos que fundam as bases para um patriarcado capitalista, portanto, o conceito de reprodução social busca refletir sobre dinâmica histórica de transformação da opressão da mulher. Dado que a opressão de gênero está relacionada ao papel histórico das mulheres nas atividades ligadas à manutenção cotidiana da vida, a forma como essas atividades serão articuladas com a reprodução das relações de produção capitalistas é central para indicar a posição das mulheres em cada momento da história e em cada local do mundo.

Nancy Fraser (2016), a fim de dar conta dessa dinâmica, apresenta três fases da organização da reprodução social e suas configurações nos países centrais e periféricos, relacionando-as com os modelos familiares correspondentes: o regime do capitalismo liberal competitivo do século XIX, em que se estabeleceu o modelo familiar de esferas separadas; o regime do capitalismo gerenciado pelo Estado, em que se estabeleceu o modelo *family wage* e, por fim, o regime do capitalismo financeiro globalizado, correspondente ao modelo *two earner family*.

O modelo familiar de esferas separadas, como já apontado, foi um produto da crise de reprodução social propulsionada pela configuração do capitalismo liberal nos países centrais, concomitante a um pânico moral das classes médias, “who were scandalized by what they understood as the ‘destruction of the family’ and the ‘de-sexing’ of proletarian women” (FRASER, 2016, p. 105). A solução para essas duas crises foi a criação de leis protetoras para limitar a exploração do trabalho feminino e de crianças, a configuração da família moderna e de novos parâmetros para a diferença de gênero e para a dominação masculina. Criou-se um imaginário do feminino domesticado, a mulher idealizada passou a ser vista como “the angel in the home” (FRASER, 2016, p. 106). Se nos países centrais a maioria das mulheres trabalhadoras não satisfazia aos parâmetros do ideal de domesticidade, nos países periféricos, esse modelo não vigorou nem como um ideal, uma vez que o colonialismo pautado na escravidão e na

dizimação dos povos indígenas ainda vigorava; os corpos das mulheres negras e indígenas eram instrumentalizados para o trabalho e para a reprodução.

O modelo do *family wage* estabeleceu-se num contexto em que o Estado assumiu um papel central na estabilização da reprodução social e da tendência de crise capitalista nos países centrais, enquanto, na periferia, a maior parte da reprodução social permaneceu externa à responsabilidade do Estado. Nesse contexto, estabeleceu-se uma política de salário família para uma parcela da classe trabalhadora qualificada e masculina. A lógica do salário família fortaleceu a autoridade masculina na esfera doméstica e valorizou um modelo de família heteronormativo, pautado no binômio homem provedor e mulher dona de casa (FRASER, 2016).

Por fim, o modelo *two earner family* é marcado pelo contexto de crise dos Estados de bem-estar social dos países centrais, caracterizado por uma redução do investimento público sobre a reprodução social e pela emergência de políticas neoliberais e do fortalecimento da dívida como mecanismo de subordinação dos países periféricos. A responsabilidade pela reprodução social, nesse contexto, é externalizada para as famílias e comunidades, o que tem como resultado uma organização dual da reprodução social: “commodified for those who can pay for it and privatized for those who cannot” (FRASER, 2016, p. 112). Nesse contexto, há uma maior presença de mulheres em posições mais valorizadas no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que há uma intensificação da precarização do trabalho para grande parte das mulheres. Ao contrário de ter acabado com a divisão sexual do trabalho, esse modelo familiar reformula, de modo que a reprodução social não deixa de ser responsabilidade das mulheres. Esse contexto propicia o surgimento de cadeias globais de cuidado, uma vez que mulheres em posições mais valorizadas no mercado terceirizam o trabalho doméstico para outras mulheres, no caso dos países periféricos, para mulheres imigrantes.

Essa interpretação do patriarcado como um produto do desenvolvimento capitalista em constante transformação é um ponto central para a constituição de uma teoria unitária das relações de classe e gênero. A TRS não nega a existência de um patriarcado pré-capitalista, apenas busca explicitar que a opressão da mulher assume uma nova conformação com o domínio da produção capitalista sobre os processos de reprodução social. Tampouco nega a importância de compreender a especificidade das relações de opressão da mulher, no entanto, aponta para a importância de compreendê-las como uma dimensão da totalidade social que é ao mesmo tempo diversa e contraditória (FERGUSON, 2018). Essa unidade é compreendida, em primeiro lugar, como histórica, como fica explícito nas diversas interpretações do patriarcado capitalista.

Esforços mais recentes da TRS também buscam integrar à análise outras dimensões da realidade social como o racismo<sup>7</sup> – e, potencialmente, as relações centro-periferia – e as relações de sexualidade<sup>8</sup> (FERGUSON E MCNALLY, 2013). Como afirma Ferguson (2020), a tradição feminista marxista ignorou sistematicamente a questão racial. Mesmo após as diversas críticas por feministas negras, como Angela Davis, sobre o trabalho doméstico como mais uma forma de universalizar a experiência das mulheres partindo de uma categoria de “mulher” em abstrato, feministas marxistas não se engajaram com a teoria antirracista. Por outro lado, o feminismo negro, que mesmo após a “virada linguística” não abriu mão de pensar a realidade material, também desenvolveu sua maneira própria de compreender as relações de classe, gênero e raça de forma integrativa<sup>9</sup> (FERGUSON, 2020).

A noção de *interseccionalidade*, utilizada frequentemente pelo pensamento feminista negro, surge, a princípio, como uma metáfora espacial referida a intersecção entre diferentes opressões que se “entrecruzam” e interagem, mas funcionam como unidades autônomas. Apesar do “atomismo ontológico” pressuposto por esta concepção e da ausência de uma explicação sobre o que exatamente constitui a interação entre essas esferas distintas de opressão, a noção de interseccionalidade tem dado espaço a esforços teóricos que buscam ir além da metáfora espacial e avançam para uma compreensão mais integrativa, com noções de “intertravamento”, co-constituição, consubstancialidade, sendo o trabalho de Patricia Hill Collins um exemplo relevante entre esses esforços (MCNALLY, 2017). É a partir de um diálogo crítico com a teoria da interseccionalidade que Susan Ferguson (2018) e David McNally (2017) buscam avançar uma teoria unitária que integre de forma sistematizada a dimensão da raça.

Ferguson (2018) propõe uma definição de reprodução social que transita entre a definição marxiana e a definição mais restrita. Buscando equipar o conceito de reprodução social com uma “concepção de trabalho amplamente produtivo – criador não apenas de valores econômicos, mas da sociedade (e, portanto, da vida) mesma”, ela pretende resgatar uma noção de “‘atividade humana prática’ que cria todas as coisas, práticas, pessoas, relações e ideias que constituem a totalidade social mais ampla – aquilo que Marx e Engels identificaram como ‘a primeira premissa de toda a história humana’” (FERGUSON, 2018, p. 24). Ferguson (2018) afirma que essa noção ampla de trabalho tem o potencial de dar sentido à unidade integral das

---

<sup>7</sup> Cf., entre outros, BANNERJI (1995); GLENN (1992).

<sup>8</sup> Cf. KINSMAN (1987); SEARS (2005); FLOYD (2009).

<sup>9</sup> De acordo com Ferguson (2020), essa concepção já estava presente na atuação do Combahee River Collective, que integrou mulheres negras, lésbicas e feministas socialistas, e nos trabalhos de Maria Stewart, Anna Julia Coeger, Sadie Alexander, Claudia Jones, tendo como maior referência o clássico de Angela Davis, *Mulheres, raça e classe*, publicado em 1981.

relações sociais que o feminismo da reprodução social busca teorizar, mesmo que esse significado não tenha sido explícito para as feministas da reprodução social – o que pode se constatar com o uso polissêmico do conceito de reprodução social, que aparece ora como reprodução societal, ora como reprodução biológica, como reprodução da força de trabalho e, ainda, como sinônimo de trabalho doméstico e de cuidado.

Além disso, Ferguson (2020) aponta três elementos da TRS subsidiam a renovação do feminismo marxista que essa perspectiva propõe. Em primeiro lugar, propõe-se o abandono da centralidade da categoria universal e ahistórica de trabalho doméstico adotada pelo feminismo da reprodução social da década de 1970. A tentativa de historicizar a reprodução da força de trabalho, apontando o papel do trabalho doméstico nesse processo, acabou por limitar a compreensão da experiência múltipla das mulheres. Ao contrário de historicizar a reprodução da força de trabalho, as feministas marxistas estabeleceram uma relação rígida entre reprodução da força de trabalho e o trabalho doméstico não remunerado realizado por mulheres donas de casa, o que, por atrelar a experiência universal das mulheres a esse trabalho, limitou a compreensão das múltiplas causas e dinâmicas da opressão das mulheres, integrada a outras opressões.

Um segundo ponto seria desenvolver uma compreensão teórica mais satisfatória sobre a relação entre trabalho produtivo capitalista e trabalho reprodutivo, apontando a relação contraditória entre reprodução da força de trabalho e acumulação capitalista. Partindo de uma perspectiva integrativa, a teoria da reprodução social localiza a fonte da opressão da mulher não na divisão sexual do trabalho ou na família, mas na relação entre trabalho produtivo assalariado e trabalho reprodutivo, seguindo a perspectiva de Lise Vogel. Não haveria, portanto, uma relação única das mulheres com a reprodução social pelo trabalho doméstico não remunerado. Trata-se de compreender a complexidade da reprodução social, organizada não somente no interior da vida familiar, mas também em instituições estatais, em comunidades e até mesmo no mercado capitalista (VOGEL, 2013; FERGUSON, 2020).

Por fim, a perspectiva da reprodução social busca compreender como outras opressões – como o racismo, o colonialismo, o heterossexismo, o capacitismo – integram essa relação contraditória entre reprodução social e produção capitalista, pautada por uma dinâmica de desvalorização e desumanização da vida. Compreender a forma diferenciada como os processos de reprodução da força de trabalho se organizam seria um caminho central para explicitar as divisões internas da força de trabalho e como as hierarquias sociais engendram formas mais ou menos precárias de reprodução da vida (FERGUSON, 2020). Como afirmam Arruzza e Bhattacharya (2020), ao se observar o acesso a elementos básicos da reprodução social pode-

se fazer uma análise profunda das dimensões de raça e gênero e dos processos diferenciados de reprodução da força de trabalho, superando uma análise das desigualdades racial e de gênero limitada ao mercado de trabalho. Essas desigualdades são mais profundas do que a desigualdade salarial que, é uma expressão das desigualdades no nível da reprodução da força de trabalho.

Susan Ferguson, no livro *Women and Work* (2020), apresenta uma categorização de duas perspectivas da TRS que apontam respostas teóricas e políticas distintas com relação a forma de compreender a relação entre o trabalho de reprodução social e o trabalho produtivo capitalista. A primeira delas seria a perspectiva relacionada à campanha *Wages for Housework*<sup>10</sup> e às feministas que a inspiraram, como Mariarosa Dalla Costa, Selma James, Leopoldina Fortunati e Silvia Federici. De acordo com Ferguson, nessa abordagem há uma ideia característica da concepção autonomista de que o capitalismo é um sistema de dominação total, em que não há diferença entre vida e força de trabalho – “all production is value production since the latter is the *modus operandi* of capitalism” (FERGUSON, 2020, p. 125). Essa perspectiva aponta para a construção de espaços autônomos e livres da dominação do capital como direcionamento político central<sup>11</sup>.

A segunda perspectiva seria a que Ferguson chama de Escola Marxiana da Reprodução Social (EMRS), que inclui feministas influenciadas pelo trabalho de Lise Vogel. Nesta abordagem há uma defesa da compreensão marxiana clássica do capitalismo, que afirma ser produtivo o trabalho que produz mais-valor, que é o sentido final da produção organizada de forma capitalista. O trabalho de reprodução social, independentemente de ser assalariado, não produz mais-valor – exceto no caso em que é realizado por empresas lucrativas para a venda – , mas produtos e serviços a serem consumidos a fim de reproduzir a vida.

Its products are meals, clean clothes, community gardens, safe streets, hurricane relief shelters, and mended bones. They are also more ephemeral “things”, such as love, attention, discipline, and knowledge that comprise the emotional and social grounding of life. They are useful things – things produced not for sale, but to sustain life (FERGUSON, 2020, p. 123).

Portanto, o trabalho de reprodução social seria improdutivo em termos capitalistas. Apesar disso, este trabalho é diretamente influenciado pelos ritmos da produção, como afirma Ferguson (2020, p. 126),

resources for living are constrained by wages (and credit limits); time for eating, sleeping, helping a child with homework, playing, and more is generally prescribed by

---

<sup>10</sup>A campanha internacional *Wages for Housework* foi uma das implicações políticas mais relevantes do debate sobre o trabalho doméstico. Iniciou-se na Itália, em 1972, e tinha como principal objetivo a reivindicação de salários para o trabalho doméstico não remunerado.

<sup>11</sup> A *política dos comuns*, defendida por Silvia Federici, pode ser considerada um desdobramento mais recente dessa perspectiva.

the waged workday; the pressure to perform well at work often determines whether someone parties all night or goes to the gym and then home to bed.

Isso também ocorre com o trabalho de reprodução social assalariado – o trabalho doméstico assalariado, o trabalho em setores públicos de educação, saúde, enfermarias, que devem seguir parâmetros de produtividade e são constrangidos por limitações orçamentárias, por exemplo, contudo, não são produtivos.

Diante disso, a EMRS indica que a subsunção capitalista não é um processo totalizante, como compreende a primeira perspectiva da TRS, porque, apesar da tendência de subsumir todo o trabalho à lógica de produção capitalista, é possível identificar níveis de subsunção que, no caso do trabalho de reprodução social, são menores, uma vez que seu produto é a vida. Como aponta Ferguson (2020, p. 128), o nível de subsunção do trabalho de reprodução social

varies so widely precisely because such work is capitalistically “unproductive.” Most significantly, because the product is another human life, social reproductive work tends to be socially interactive in nature. Its “product” can and does talk back, behave in ways that may or may not further the goals of the worker (or the worker’s boss). A student who hasn’t eaten or had enough sleep cannot learn as well as one who has—regardless of the pressures a teacher is under to submit higher test scores. A patient develops an infection during a routine surgery and ends up spending a week rather than a day in the hospital, requiring more care by more attendants and more administrative and custodial resources than it takes to produce the average healthy human being.

Mesmo nos setores produtivos para o capital, o trabalho resiste à subsunção total, uma vez que o trabalho concreto “can never be fully identical with its abstract form”. Contudo, no caso da reprodução social, a discrepância entre a forma concreta e abstrata do trabalho seria maior, de modo geral, uma vez que seria mais difícil a imposição direta dos imperativos do valor (FERGUSON, 2020, p. 129).

De acordo com a perspectiva da EMRS, reafirmar a separação entre trabalho produtivo e improdutivo e identificar o trabalho de reprodução social como improdutivo não significaria atribuir uma importância menor a este último, como frequentemente indica a primeira perspectiva da TRS. Pelo contrário, significa apontar que, apesar de ter um papel na reprodução da força de trabalho e ser importante para a manutenção das relações de produção capitalistas, o sentido final da reprodução social é a manutenção da vida, o que é indicativo das especificidades do trabalho produtivo capitalista e do trabalho de reprodução social. Além disso, é a partir desse eixo que a EMRS compreende a relação contraditória entre reprodução social e produção capitalista, indicando que a opressão de gênero se desenvolve num contexto em que a reprodução social é subordinada aos imperativos da produção capitalista, que tem como sentido final a acumulação de capital e não a reprodução da vida.

Apesar de Silvia Federici não compor a EMRS, sua compreensão da dualidade do trabalho “reprodutivo” é importante para esclarecer essa questão. Para Federici (2019, p. 208-209), reafirmar o caráter dual e contraditório do trabalho “reprodutivo” – que ao mesmo tempo contribui para a reprodução da vida e para a reprodução da força de trabalho –, em oposição a compreender o trabalho de reprodução social unicamente em seu papel de produzir “indivíduos vivos”, é relevante por apontar para o “caráter instável e potencialmente disruptivo desse trabalho” e para “uma série de conflitos, resistências e contradições que possuem um significado político”. Como aponta Nancy Fraser (2016), a crise do cuidado, que se refere à instabilidade constante da reprodução social sob o capitalismo, é uma faceta central da crise geral do capitalismo. Isso significa que, ao mesmo tempo em que a reprodução social é essencial para a contínua expansão capitalista, esse sistema tende a constantemente desestabilizar e destruir as condições de sustentabilidade da vida (humana e não-humana) sob seu domínio.

Logo, a dimensão da reprodução social é compreendida como um terreno de luta política, em que ocorre o que Fraser (2016) nomeia lutas de fronteira (*boundary struggles*). Essas seriam as lutas políticas que se dão para definir os limites e as configurações históricas da reprodução social, tão importantes quanto a luta de classes. Compreender essa distinção entre trabalho produtivo e improdutivo é relevante para a construção de estratégias políticas que sejam capazes de articular as lutas de fronteiras – a luta em torno da reprodução das comunidades, dos trabalhadores da reprodução social no Estado, por exemplo – com as lutas dos trabalhadores assalariados da produção capitalista.

For it is only by highlighting the co-existence of — and contradictions between — “productive” and “unproductive” labour within the process of value creation that we can grasp how all workers (be they reproducing labour power or making capitalist commodities) can and do resist capitalism’s relentless degradation of life despite their everyday existence as capitalist subjects (FERGUSON, 2020, p. 129).

Isto posto, a TRS propõe uma noção ampliada de classe trabalhadora, e não uma noção abstrata que favorece um sujeito de classe masculino, o trabalhador formal industrial sindicalizado. A classe trabalhadora é compreendida sem perder de vista sua dimensão histórica e concreta e as divisões sexual e racial do trabalho. Ela integra sujeitos diversos, marcados por dimensões de gênero, raça, sexualidade, nacionalidade, e que experienciam a realidade social de formas distintas, e vivenciam processos de desumanização mais ou menos violentos. Conforme Bhattacharya (2017, p. 76), a classe trabalhadora não é definida unicamente pela vivência no local de trabalho, mas também por sua existência para além do local de trabalho – o que explica o porquê do trabalhador ser subordinado “before the moment of production even takes place”: as relações sociais fora do local de trabalho não são contingentes e assumem uma forma histórica específica, sujeitando diferentes sujeitos a formas específicas de subordinação.

Por isso, a compreensão da relação entre a produção capitalista e a reprodução da força de trabalho – e da vida – é o desafio teórico e político central proposto pela TRS. Esses dois processos, embora frequentemente relacionados a dois espaços distintos – o espaço da produção e o espaço da reprodução – na verdade, são constituintes de uma totalidade social, que inclui o trabalho assalariado, mas também as atividades envolvidas na sustentação das redes de reprodução social.

### **Considerações Finais**

Apesar dos avanços políticos alcançados pelas mulheres no século XX e da visibilidade dos feminismos no cenário atual, a permanência da exploração do trabalho e do corpo sexual feminino, da desigualdade entre homens e mulheres no espaço político, de uma divisão sexual do trabalho hierarquizada e da violência e brutalidade contra a mulher, aponta para a reprodução contínua das bases da desigualdade de gênero sob o sistema capitalista. Ainda há um longo caminho a ser percorrido na luta contra a opressão das mulheres, uma vez que a dimensão de gênero ainda é colocada em segundo plano pelas teorias sociais e é ignorada como um problema secundário que deve estar subordinado a questões “primordiais”, restritas a economia e a luta de classes.

Este artigo buscou discutir a subordinação continuada da mulher sob a ótica da reprodução social, o que significa apontar sua relação direta com a reprodução do capitalismo como sistema dominante. No contexto de crise geral desse sistema, que se expressa no nível social, político, econômico, ecológico e sanitário, explicitar o papel das mulheres – trabalhadoras, brancas, negras, indígenas, LGBTQI+ – na luta cotidiana pela reprodução da vida significa apontar a reprodução social como um campo de resistência e disputa política. É necessário superar a falsa dicotomia entre a luta de classes e as lutas feministas, dos LGBTQIA+, antirracistas, anticoloniais e ecológicas no sentido da construção de uma solidariedade de classe que não sobreponha os interesses de um setor masculinizado da classe trabalhadora em detrimento de um suposto “identitarismo”.

Apresentamos a forma que a Teoria da Reprodução Social tem compreendido a opressão da mulher de forma integrada ao desenvolvimento capitalista. Em primeiro lugar, foram discutidos os debates sobre a relação entre patriarcado e capitalismo do feminismo socialista da década de 1970, a fim de compreender os problemas com as noções de patriarcado e reprodução e as críticas ao dualismo teórico por Iris Young (1981) e Lise Vogel (2013). O trabalho de Lise Vogel (2013), considerado pioneiro da TRS, também foi apresentado. Por fim, buscou-se discutir as perspectivas teóricas, históricas e políticas que a TRS desenvolveu, desde o trabalho

de Johanna Brenner e Barbara Laslett (1989), passando pelas interpretações históricas do patriarcado capitalista de Silvia Federici (2017) e Johanna Brenner e Maria Ramas (1984), às contribuições mais recentes de Susan Ferguson, Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser.

A TRS busca apontar que a opressão da mulher está relacionada com a reprodução social, compreendida como os processos e relações sociais envolvidas na manutenção diária e geracional da vida. O “ser mulher”, para a TRS não é unidimensional, mas é marcado por fatores históricos, geográficos, e por dimensões de classe, raça e sexualidade. Observou-se que conceito de reprodução social aparece de forma distinta em diferentes autoras e que ora transita entre uma definição restrita e uma a definição ampla, que corresponde à reprodução societal, ora nega essa definição ampla. Entende-se que essas imprecisões no conceito se devem ao fato da TRS ser uma perspectiva teórica ainda em construção que, não obstante, tem avançado em sua constituição como uma teoria da compreensão integrativa da reprodução da força de trabalho e da produção capitalista, com destaque aos trabalhos de Bhattacharya (2017) e Ferguson (2020).

## Referências Bibliográficas

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Outubro Revista**, v. 23, p. 35-58, 2015.

\_\_\_\_\_, Cinzia. Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos. **Cadernos Cemarx**, n. 10, 2018.

\_\_\_\_\_, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi. Teoría de la Reproducción Social. Elementos fundamentales para un feminismo marxista. **Archivos de historia del movimiento obrero y la izquierda**, n. 16, p. 37-69, 2020.

BANNERJI, Himani. **Thinking through: Essays on Feminism, Marxism and Anti-Racism**. Women's Press, Toronto, 1995.

BARRETT, Michele. **Women's Oppression Today**. Problems in Marxist Feminist Analysis. Londres: Verso, 1980.

BEECHEY, Veronica. On patriarchy. **Feminist Review**, v. 3, n. 1, p. 66-82, 1979.

BHATTACHARYA, Tithi. How Not to Skip Class: Social Reproduction of Labor and the Global Working Class. Em: Bhattacharya, Tithi (Org.). **Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentring Oppression**. Pluto Press, 2017.

BRENNER, Johanna; LASLETT, Barbara. Gender and social reproduction: Historical perspectives. **Annual review of sociology**, v. 15, n. 1, p. 381-404, 1989.

\_\_\_\_\_, Johanna; RAMAS, Maria. Rethinking Women's Oppression. **New Left Review**, n. 144, p. 33-71, 1984.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016 (1981).

EDHOLM, Felicity; HARRIS, Olivia; YOUNG, Kate. Conceptualising women. **Critique of anthropology**, v. 3, n. 9-10, p. 101-130, 1978.

EISENSTEIN, Zillah (ed.). Capitalist Patriarchy and the Case for Socialist Feminism. **Monthly Review Press**, 1978.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Boitempo Editorial, 2008.

\_\_\_\_\_, Friedrich. **A origem da família, do Estado e da propriedade privada**. Boitempo Editorial, 2019.

FEDERICI, Silvia. **O Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Editora Elefante, 2017 (1998).

\_\_\_\_\_, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

FERGUSON, Susan; MCNALLY, David. Capital, Labour-Power, and Gender-Relations: Introduction to the Historical Materialism Edition of Marxism and the Oppression of Women. In: VOGEL, Lise. **Marxism and the Oppression of Women: Toward a unitary theory**. Brill, 2013.

\_\_\_\_\_, Susan. Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa. **Cadernos Cemarx**, n. 10, 2018.

\_\_\_\_\_, Susan. **Women and Work: Feminism, Labour, and Social Reproduction**. Pluto Press, 2020.

- FIRESTONE, Shulamith. **The Dialectic of Sex**. Bantam, 1971.
- FLOYD, Kevin. **The reification of desire: toward a queer Marxism**. University of Minnesota Press, 2009.
- FRASER, Nancy. Contradictions of capital and care. **New Left Review**, n. 100, p. 99-117, 2016.
- GLENN, Evelyn Nakano. From servitude to service work: Historical continuities in the racial division of paid reproductive labor. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 18, n. 1, p. 1-43, 1992.
- HARTMANN, Heidi. The unhappy marriage of Marxism and feminism: Towards a more progressive union. **Capital & Class**, v. 3, n. 2, p. 1-33, 1979.
- KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas**, p. 55-63, 2003.
- KINSMAN, Gary William. **The regulation of desire: Sexuality in Canada**. University of Toronto Press, 1987.
- LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. Editora Cultrix, 2019.
- MCNALLY, David. Intersections and Dialectics: Critical Reconstructions in Social Reproduction Theory. In: BHATTACHARYA, Tithi (Org.). **Social reproduction theory: Remapping class, recentring oppression**. Pluto Press, 2017.
- MILLETT, Kate. **Sexual politics**. Columbia University Press, 2016 [1970].
- MOLYNEUX, Maxine. Beyond the Domestic Labor Debate. **New Left Review**, n. 116, p. 3-27, 1979.
- QUICK, Paddy. The Class Nature of Women's Oppression. **Review of Radical Political Economics**, 1977.
- SEARS, Alan. Queer anti-capitalism: What's left of lesbian and gay liberation?. **Science & Society**, v. 69, n. 1: Special issue, p. 92-112, 2005.
- SHULAMITH, Firestone. **The Dialectic of Sex: The Case for Feminist Revolution**. New York, 1970.
- VOGEL, Lise. Domestic-Labour Debate. Historical-critical Dictionary of Marxism. **Historical Materialism**, Vol. 16: Issue 2, 2008.
- \_\_\_\_\_, Lise. **Marxism and the oppression of women: Toward a unitary theory**. Brill, 2013 (1983).
- WEEKS, Kathi. **The problem with work: Feminism, Marxism, antiwork politics, and postwork imaginaries**. Duke University Press, 2011.
- YOUNG, Iris. Beyond the Unhappy Marriage: a critique of the dual systems theory. Em: SARGENT, Lydia (Ed.). **Women and revolution: A discussion of the unhappy marriage of Marxism and feminism**. Boston: South End Press, 1981.